



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
04 DE SETEMBRO DE 2018**

N.º 18/2018

PRESIDÊNCIA: Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva, Vice-Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e
Norberto Pinto Teixeira. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr. Luís Reguengo Machado. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Proposta apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Norberto Pinto Teixeira	4
 II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Comunidade Intermunicipal do Douro	5
2 - Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião	7
 DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	9
4 – Quiosque da Praça do Município – Arrematação em Hasta Pública	9
 Serviços de Tesouraria	
5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 17 a 30 de agosto de 2018	11
 DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
6 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	12
7 – Aprovação do Projeto a submeter ao aviso N.º 002 / GAL Douro Histórico / 10216 / 2018 do PDR2020 denominado “Renovação de Aldeias”, da Associação Douro Histórico do Projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta”	12



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Educação

8 – Ano Letivo 2018/2019 - Receção à Comunidade Escolar 14

Serviço do Desporto

9 – Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião – Pedido de
Comparticipação Financeira 15

Serviço da Ação Social

10 – Programa abem: Rede Solidária do Medicamento 15

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

11 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 17



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Proposta apresentada pelo Senhor Vereador do PPD/PSD,
Norberto Pinto Teixeira**

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, apresentou a seguinte proposta:

----- 1.1 – “DECLARAÇÃO -----

----- Período antes da ordem do dia. -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

----- Exmos. Senhores Vereadores -----

----- Exmo. Senhor Secretário -----

----- Norberto Pinto Teixeira, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito nas listas do PPD/PSD, vem no período de antes da ordem do dia, apresentar nesta Câmara a seguinte proposta: -----

----- Considerando que foi anunciado em finais de maio de 2018, que as piscinas municipais interiores se encontram encerradas ao público, para se proceder a obras de manutenção e substituição de equipamentos. Cujas reabertura se previa para o início do ano letivo de 2018/2019, ou seja, a partir de setembro de 2018. -----

----- Considerando que foi anunciado recentemente, através das redes sociais, no sítio do Município de Santa Marta de Penaguião que as obras inicialmente previstas, afinal serão mais extensas e profundas do que as previstas, remetendo a reabertura deste equipamento para outubro de 2018. -----

----- Fazendo fé que as obras serão mais extensas e profundas, como se referiu anteriormente, dificilmente será plausível a sua reabertura para a data indicada, em condições de qualidade de conforto. Pelo que as crianças e jovens do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião e os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social ficarão privados, por um tempo indeterminado, de um serviço físico e educacional que existe há cerca de 2 décadas neste concelho. -----

----- Pelo exposto, somos da opinião, e para mitigar a referida situação, que seja celebrado um protocolo de colaboração entre o Município de Santa Marta de Penaguião e o Município do Peso da Régua, visando o estabelecimento de uma orgânica temporária conjunta, de modo a garantir o acesso à utilização das Piscinas Municipais do Peso da Régua, às crianças, jovens e utentes das



IPSS's. Pelo que solicitamos, que seja auscultado o Município do Peso da Régua, no âmbito desta proposta, ou outra com teor semelhante, que venha a ser apresentada nesta Câmara. A rede de transporte será, como é natural, garantida pelo Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 04 de setembro de 2018. -----

----- O Vereador -----

----- Norberto Pinto Teixeira." -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Comunidade Intermunicipal do Douro

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- **"I - Enquadramento** -----

----- O Regime Jurídico das Autarquias Locais e o Estatuto das Entidades Intermunicipais (RJALEI), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio reiterar a natureza genérica e abrangente das atribuições autárquicas, sendo que todas as matérias que respeitem à promoção e à salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser assumidas como uma obrigação prestacional, de fomento ou de qualquer outra feição, a cargo das autarquias locais. O mesmo enquadramento normativo veio consagrar igualmente a possibilidade da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre os diversos entes autárquicos e entre estes e o Estado ou outras entidades de direito público, prevendo expressamente a delegação de competências dos Municípios nas Entidades Intermunicipais (artigos 128.º e seguintes do RJALEI); -----

----- A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), representa uma profunda alteração do modelo institucional



de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal. -----

----- Nos termos do artigo 6.º do RJSPTP, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, sendo, nos termos do artigo 7.º do mesmo RJSPTP, as Comunidades Intermunicipais as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica. ---

----- Nos termos do artigo 10.º do já referido RJSPTP, as autoridades de transportes podem delegar, designadamente através de contratos interadministrativos, total ou parcialmente, as respetivas competências noutras autoridades de transportes. -----

----- **II – Proposta** -----

----- Face ao anteriormente descrito e considerando a coesão territorial que sempre decorre da integração dos sistemas de transporte de passageiros a uma escala intermunicipal, com a consequente melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e da racionalização de meios e recursos, com a adoção de uma gestão eficaz e sustentável das diversas linhas de serviço público que servem os utentes no território do Douro, propõe-se: -----

----- i) À consideração do Executivo Municipal a delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) das competências de autoridade municipal de transportes, ao abrigo do disposto nos artigos 25.º, nº 1, alínea k), 32.º, 33.º, nº 1, alínea ccc), 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 6.º e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho; -----

----- ii) Que em caso de aprovação, a presente proposta, bem como a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências anexa, sejam remetidas à Assembleia Municipal, para efeitos, respetivamente, de autorização e aprovação nos termos das disposições legais antes referidas.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

1 - Delegar na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) as competências de autoridade municipal de transportes, ao abrigo do disposto nos artigos 32.º, 116.º a 123.º e 128.º a 130.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 6.º e 10.º do Regime Jurídico do



Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho; -----
2 – Submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que o objetivo primordial de transparência do município se prende, em última análise, com uma intervenção dos munícipes mais ativa, informada e sustentada num pilar de confiança na Administração Local; -----

----- Considerando que o Orçamento Participativo vai de encontro a esse objetivo, pois tem como principais pilares: reforçar a qualidade da democracia, valorizando a democracia participativa no quadro da Constituição da República Portuguesa (cfr. artigos 2º e 48º); envolver os cidadãos nos processos de decisão, promovendo uma participação ativa e informada e estimular a coesão económica e social, potenciando o surgimento de projetos que liguem pessoas de diferentes territórios (vide artigo 2º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2017); -----

----- Considerando que está em causa a possibilidade prática dos cidadãos intervirem, participando coletivamente, no orçamento do Município, tendo, assim, a possibilidade de expressarem a sua própria vontade, mediante a apresentação de propostas, tendo o poder de decidir como devem ser investidas certas verbas no orçamento público local; -----

----- Considerando que, mediante a apresentação de propostas, os cidadãos têm o poder de decidir como devem ser investidas certas verbas, disponibilizadas para o efeito, no orçamento público local; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 04 de setembro de 2018



----- Considerando que para que se incremente o Orçamento Participativo no Município é necessário, previamente, aprovar um regulamento com eficácia externa e que para tal, assegurando o devido cumprimento da lei – artigos 99º e seguintes do CPA -, deverá o Presidente da Câmara Municipal elaborar proposta à Câmara Municipal para aprovação de Regulamento do Orçamento Participativo do Município, alegando os fundamentos que levam à sua necessidade e, posteriormente, a Câmara Municipal aprovar o início de procedimento e participação públicas para a aprovação do Regulamento, e atribuir um prazo para que os interessados nesse procedimento se constituam como tal e possam apresentar propostas relevantes a incluir no respetivo Regulamento; -----

----- Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 10 de novembro de 2017, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem as ideias e propostas que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo, e não se observando a constituição de interessados nem reunidas quaisquer propostas para a elaboração do regulamento, submete-se à consideração da Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

----- a) O projeto de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião e submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação
do Presidente da Câmara Municipal**

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de agosto.” -----
----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 02 a 27 de agosto de 2018. -----
----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Quiosque da Praça do Município
– Arrematação em Hasta Pública**

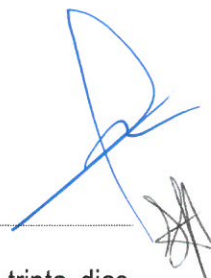
----- 4 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
----- “Uma vez que o quiosque instalado na Praça do Município se encontra desocupado há já alguns anos, proponho que a Câmara Municipal, delibere no sentido de proceder à arrematação em hasta pública, fixar o valor da base de licitação e respetivos lances e aprovar as seguintes cláusulas contratuais: -----
----- 1ª A concessão é feita pelo prazo de 8 (oito) anos, a contar da data da assinatura do contrato, findo o qual a Câmara Municipal procederá à realização de novo concurso, nas condições que vierem a ser definidas nesse sentido; -----
----- 2ª O quiosque destina-se à venda de livros, revistas, jornais e artigos de artesanato, carecendo de autorização da Câmara Municipal a venda de quaisquer outro artigo; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 04 de setembro de 2018



- 3ª O horário de funcionamento do quiosque é o estabelecido no Regulamento Municipal do Horário e Funcionamento dos estabelecimentos Comerciais; -----
- 4ª O concessionário obriga-se ao pagamento mensal das taxas pela ocupação da via pública de acordo com o estabelecido no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município, designadamente as previstas no nº 2 do artigo 109º, o qual deverá ser efetuado nos primeiros oito dias do mês a que disser respeito; -----
- 5ª Sempre que o pagamento seja efetuado fora do prazo estabelecido na cláusula anterior, são devidos juros de mora pelo incumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento das taxas e as dívidas que não forem pagas voluntariamente serão objeto de cobrança coerciva através de um processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e de acordo com o definido no artigo 22º do mesmo Regulamento; -----
- 6ª O concessionário obriga-se a manter em bom estado de conservação e limpeza as instalações do quiosque, bem como assegurar a manutenção da qualidade do ambiente e exploração, com particular destaque para quando se refere à dignidade moral e cívica do seu uso, sendo da sua responsabilidade o pagamento das respetivas despesas, durante o período de concessão; -----
- 7ª Fica a cargo do concessionário o pagamento de todas as contribuições, impostos, taxas e multas devidas ao Estado, ao Município ou a quaisquer organismos; -----
- 8ª As despesas, designadamente com água, luz, telefone, internet e outras é da responsabilidade do concessionário; -----
- 9ª O concessionário fica ainda responsável para com o Município por quaisquer prejuízos que a este advenham do funcionamento ilegal do quiosque cuja exploração é cedida por este contrato; -----
- 10ª O concessionário constitui-se na obrigação de não ceder o direito de ocupação e exploração a terceiros sob pena de imediata rescisão unilateral do contrato de concessão, sem direito a qualquer indemnização ou reembolso de importâncias já pagas; -----
- 11ª Excetuam-se do número anterior as seguintes situações: -----
- a) Invalidez do titular; -----
- b) Redução a menos de cinquenta por cento da capacidade física normal do mesmo; -----
- c) Outros motivos devidamente justificados, verificados caso a caso; -----
- 12ª A Câmara Municipal poderá ainda deliberar a imediata rescisão do contrato de concessão, sem direito a qualquer indemnização ou reembolso de importâncias já pagas, quando tenha

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 04 de setembro de 2018



conhecimento que o mesmo se encontra fechado ao público, por um período de trinta dias seguidos. -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade: -----

1 – Autorizar proceder à arrematação em hasta pública; -----

2 – Fixar o valor base de licitação em 500,00€ (quinhentos euros); -----

3 – Fixar o valor mínimo de cada lance em 5,00€ (cinco euros). -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia

17 a 30 de agosto de 2018

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 17 a 30 de agosto de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	30/08/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	4 373 455,45
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	3 821 929,85
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	551 525,60
Receitas Orçamentais		4 353 494,02	Operações de tesouraria	281 999,13
Correntes	4 064 821,92		Saldo para o dia seguinte:	169 324,83
Capital	288 672,10		Execução orçamental	72 990,38
Operações de tesouraria		277 457,44	Operações de tesouraria	96 334,45
Total		4 824 779,41	Total	4 824 779,41

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

**Delegação de Competências - Informação do
Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro,
José Manuel Moreira Lopes**

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de agosto de 2018 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Aprovação do Projeto a submeter ao aviso N.º 002 /
GAL Douro Histórico / 10216 / 2018 do PDR2020
denominado “Renovação de Aldeias”, da Associação
Douro Histórico do Projeto “Sinalização, Marcação e
Divulgação dos Trilhos de Santa Marta”.**

----- 7 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – JUSTIFICAÇÃO -----

----- O Município possui elementos patrimoniais locais (como capelas, miradouros, santuários), paisagísticos (como os vinhedos, olivais de bordadura, bosques mediterrâneos espontâneos, povoamentos florestais de altitude) e ambientais, (com destaque para o cultivo da vinha, da



castanha e da azeitona), assim como usos e costumes tradicionais endógenos que deverão ser preservados, conservados e valorizados. -----

----- Este facto induziu a Câmara Municipal a apostar num programa de valorização e divulgação deste património rural, que visa, essencialmente, revitalizar itinerários paisagísticos, ambientais e agroturísticos onde se enquadram a Rede Municipal de Trilhos ou Percursos Pedestres. -----

----- Neste quadro, elaborou-se o Projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta” com sete percursos pedestres que tem o intuito de evidenciar o património local associado e a paisagem Vinhateira do Centro-Sul e a paisagem de florestal do Norte-Noroeste do território, para alavancar o desenvolvimento turístico local. -----

----- Assim, é oportuno candidatar o projeto ao aviso N.º 002 / GAL Douro Histórico / 10216 / 2018 do PDR2020 denominado “Renovação de Aldeias”, da Associação Douro Histórico. -----

----- O investimento total do projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta” (Nove Trilhos de Pequena Rota) estimado é de 123 264,56€ e a cobertura financeira será assegurada da seguinte forma: -----

----- O valor elegível do projeto para comparticipação será de 118 907,46€, sendo: -----

----- até ao montante máximo de 59 453,72€ de comparticipação pelo PDR2020 correspondente a uma taxa de co-financiamento de 50% do custo total elegível da operação; -----

----- a restante despesa necessária à execução integral da operação, no montante de 59 453,72€, é assegurada pelo Município. -----

----- O valor não elegível do projeto como a homologação dos Trilhos e emissão de notas de impensas corresponde a 4 357,12€. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Face ao exposto, propõe-se, à Câmara Municipal, a aprovação do projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta” a submeter ao aviso N.º 002 / GAL Douro Histórico / 10216 / 2018 do PDR2020 denominado “Renovação de Aldeias”, da Associação Douro Histórico, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 33.º do referido anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto “Sinalização, Marcação e Divulgação dos Trilhos de Santa Marta”, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



O Senhor Vereador do PPD/PSD, Norberto Pinto Teixeira, disse o seguinte: -----

----- "Face a este investimento por parte do Município, que consideramos elevado, cerca de 65.000,00€ apenas para sinalética, torna-se imperativo um cuidado redobrado da limpeza permanente dos referidos trilhos de forma a estarem acessíveis durante todo o período do ano." -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Educação**

Ano Letivo 2018/2019

Receção à Comunidade Escolar

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- " O Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião abre portas a mais um ano letivo, e afirmamos o nosso orgulho em toda a nossa comunidade escolar, que durante todo o ano ajudam na segurança, conforto, aprendizagem e escolarização de todas as nossas crianças. Considerando que a Educação não é despesa, mas sim investimento com retorno garantido, queremos saudar toda a comunidade escolar com uma receção no dia 14 de setembro, que termina com o "Festival 8 Mãos" no Pelourinho. -----

----- Desta forma, e para ajudar na realização do serviço de receção proponho que se autorize a despesa até ao valor de 1.500,00 (mil e quinhentos euros)." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar as despesas até ao valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), nos termos da proposta, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis. -----**



Serviço do Desporto

Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Comparticipação Financeira

----- 9 – Presente à reunião ofício da Associação de Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 1687, de 6 de agosto de 2018, com o seguinte teor: -----

----- “A Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião vem pelo presente meio comunicar que no dia 1 e 2 de Setembro de 2018 irá realizar o Torneio Santa Marta. -----

----- Considerando que é nosso objetivo que o Torneio Santa Marta seja uma referência para o distrito de Vila Real e para todos os “amantes” do desporto. -----

----- Com base nestes pressupostos a Direção da Associação Futebol Clube de Santa Marta de Penaguião vem pelo presente meio solicitar ao Município de Santa Marta de Penaguião que atribua um apoio para a realização do referido torneio.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis.** -----

Serviço da Ação Social

Programa abem: Rede Solidária do Medicamento

----- 10 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 18 de 04 de setembro de 2018



----- “A Associação Dignitude é uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundada em novembro de 2015 por entidades do setor social e da saúde, tem como missão o desenvolvimento de programas solidários de grande impacto social, que promovam a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses, numa lógica de concretização de iniciativas consentâneas com o conceito de Responsabilidade Social. É neste contexto que é criado o Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, que tem como objetivo a comparticipação em 100% na aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica e comparticipados pelo SNS, dirigido a pessoas carenciadas. -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião, no seguimento da sua matriz social, e de acordo com o apoio já concedido no Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius, tem vindo a trabalhar no sentido de tornar o programa mais abrangente, adequado e célere para que se consiga satisfazer as necessidades da população mais carenciada. -----

----- Considerando que os Municípios dispõem de atribuições no âmbito da saúde e ação social, nos termos das alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Considerando que ao abrigo do disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea u) do mesmo diploma legal, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças. -----

----- Propõe-se assim que a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião delibere, nos termos e com os fundamentos supra explanados, aprovar a minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Associação Dignitude, nos termos constantes da minuta em anexo, bem como, caso mereça o vosso acolhimento, seja dada autorização ao Senhor Presidente para a subscrever.” -----

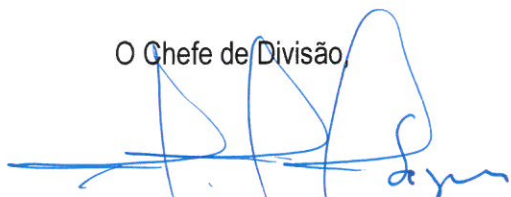
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Associação Dignitude, nos termos da proposta.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 11 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pela Senhora Vice-Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

A Vice-Presidente Câmara,



(Sílvia da Fonseca Silva, Dr.ª)